

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Como se faz um autor? Assemblagem, intra-ação e corte agencial em um caso de coautoria com o ChatGPT

Ana Paula Garcia Gazarian

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18515>

Submetido em: 2026-10-20

Postado em: 2026-10-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Marcelo El Khouri Buzato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5998-5930>)

Como se faz um autor? Assemblagem, intra-ação e corte agencial em um caso de coautoria com o ChatGPT

How is an author made? Assemblage, intra-action and agential cut in a case of co-authorship with ChatGPT

Ana Paula Garcia Gazarian

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Campinas, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7959-4849>

RESUMO

Entre 2023 e 2025, o ChatGPT figurou como autor ou coautor de artigos publicados em periódicos indexados, ainda que periódicos de alto impacto e organizações de ética editorial tenham vetado essa atribuição em 2023. Este artigo pergunta quem, ou o que, está agindo quando um sistema de inteligência artificial generativa é chamado de autor e o que passa a ser a autoria depois desses sistemas. Parte-se da noção de função-autor, de Foucault, para indicar seus limites diante da escrita com grandes modelos de linguagem; discute-se o critério de desempenho do jogo da imitação, de Turing; e articulam-se as discussões de Hayles sobre assemblagens cognitivas e computacionalização do humano à noção de intra-ação de Barad. Propõe-se pensar a atribuição de autoria como um corte agencial, que separa quem conta como sujeito e o que conta como objeto. A análise de Matusov et al. (2024), com o ChatGPT-4 entre os autores, descreve três cortes: o convite, que oferece ao sistema a posição de coautor antes de qualquer resposta; a conversa, em que pesquisador e sistema negociam sentidos e se constituem mutuamente; e a assinatura, que estabiliza a autoria, enquanto os paratextos concentram nos humanos a responsabilidade. Os resultados indicam que os efeitos antropomorfizantes não precedem a atribuição, mas são produzidos por esses cortes e que têm como avesso a computacionalização do pesquisador. Conclui-se que a autoria não é somente humana nem somente maquínica, mas intra-ativa, e que o ChatGPT talvez não inaugure, mas torne visível, uma autoria que sempre foi assemblagem.

Palavras-chave:

Autoria, assemblagem cognitiva, intra-ação, antropomorfização, inteligência artificial generativa

ABSTRACT

Between 2023 and 2025, ChatGPT was listed as an author or co-author of articles published in indexed journals, even though high-impact journals and publication ethics organizations had banned this attribution in 2023. This article asks who, or what, is acting when a generative artificial intelligence system is called an author, and what authorship becomes after these systems. It starts from Foucault's notion of the author function to indicate its limits in the face of writing with large language models, discusses the performance criterion of Turing's imitation game, and articulates Hayles's discussions of cognitive assemblages and the computationalization of the human with Barad's notion of intra-action. Authorship attribution is approached as an agential cut, which separates what counts as subject and what counts as

object. The analysis of Matusov et al. (2024), with ChatGPT-4 among its authors, describes three cuts: the invitation, which offers the system the position of co-author before any response; the conversation, in which researcher and system negotiate meanings and constitute each other; and the byline, which stabilizes authorship, while the paratexts concentrate accountability on the humans. The results indicate that anthropomorphizing effects do not precede attribution but are produced by these cuts, and that their reverse side is the computationalization of the researcher. It is concluded that authorship is neither only human nor only machinic, but intra-active, and that ChatGPT may not inaugurate, but rather make visible, an authorship that has always been an assemblage.

Keywords:

Authorship, cognitive assemblage, intra-action, anthropomorphization, generative artificial intelligence

Introdução

“O que é escrever com inteligência artificial e quais são os seus impactos?” Essa é a pergunta que, ao menos desde a popularização dos grandes modelos de linguagem (*Large Language Models*, doravante LLMs), sobretudo após o lançamento do ChatGPT, em 2022, tem marcado tanto os estudos da linguagem quanto as chamadas humanidades e a filosofia. Os LLMs transformaram, e continuam transformando, as práticas contemporâneas de leitura e de produção escrita em diferentes esferas (UNESCO, 2023; Komesu et al., 2025), e a produção acadêmica não é exceção. Pesquisadores passaram a utilizar sistemas de inteligência artificial generativa (doravante IAGen) em várias etapas da produção textual, incluindo correção linguística, geração de rascunhos, síntese de informações, apoio à revisão bibliográfica e sugestão de estruturas argumentativas. Para além desses usos, um fenômeno ocorrido entre 2023 e 2025 chamou a atenção de pesquisadores e instituições científicas e, agora, dá origem à discussão do presente artigo: o ChatGPT passou a figurar como autor ou coautor em artigos publicados por periódicos indexados internacionalmente.

É precisamente na contribuição sobre autoria acadêmica que este artigo se situa. Importa, antes de apontar a proposta do debate, fazer duas considerações que ajudarão a delimitar o rumo da discussão. Primeiramente, ainda que a escrita acadêmica seja prática fundamental e fundadora do processo de produção de conhecimento científico, não me proponho, neste artigo em particular, a discutir uma noção de escrita transumana, mas, de certa forma, falar sobre autoria é também refletir sobre a atividade escrita. Em segundo lugar, tomo o devido cuidado para não discutir os “impactos da IA” a partir de uma perspectiva apocalíptica, em que os sistemas de IAGen apareceriam como ameaça à autoria humana, nem de uma perspectiva entusiasta, em que seriam autores à espera de reconhecimento.

De modo específico, o que se pretende, aqui, é examinar as operações que fazem de um sistema técnico um coautor e os efeitos que essas operações produzem sobre o humano e o sistema no processo de escrita acadêmica em assemblagem. Nesse contexto, a fim de colaborar com a discussão sobre autoria, analiso um artigo em que o ChatGPT-4 permanece entre os coautores (Matusov et al., 2024, p. 841)¹, tomando como ponto de partida os estudos de Michel Foucault (2002; 2015) sobre autor e do “jogo da imitação” elaborado por Turing

¹ O artigo integra o corpus da minha pesquisa de doutorado, coletado em 2024 na *Web of Science*, composto por trabalhos acadêmicos em que o ChatGPT figura como autor ou coautor.

(1950) para, então, incorporar à questão as teorias pós-humanistas de Katherine Hayles (2005; 2017) e Karen Barad (2003).

Faço um parêntese histórico, porém, no sentido de remontar à irrupção da autoria de IAGens no âmbito científico. Para isso, vale lembrar que a autoria desses sistemas em textos acadêmicos é vetada desde o início de 2023. Em janeiro de 2023, a *World Association of Medical Editors* afirmou que “chatbots não podem ser autores” (WAME, 2023, tradução minha); a revista *Nature* estabeleceu que “nenhuma ferramenta de LLM será aceita como autora creditada em um artigo de pesquisa” (Nature, 2023, tradução minha); e o editor-chefe da *Science* declarou, no título de seu editorial, que o “ChatGPT é divertido, mas não é um autor” (Thorp, 2023, tradução minha). Em fevereiro, o *Committee on Publication Ethics* definiu que “ferramentas de IA não podem ser listadas como autoras de um artigo” (COPE, 2023, tradução minha) e, em maio, o *International Committee of Medical Journal Editors* passou a recomendar que os autores não listem nem cite “IA e tecnologias assistidas por IA como autor” (ICMJE, 2023, tradução minha). O que chama a atenção é que, ainda que periódicos de alto impacto e organizações de ética editorial vetassem a atribuição de autoria a sistemas de IAGen (Nature, 2023; COPE, 2023), o ChatGPT figurava como autor ou coautor de artigos publicados em periódicos indexados internacionalmente até meados de 2025.²

Apesar de breve, o episódio deixou um rastro sintomático, pois, enquanto as instituições científicas se apressavam em decidir se um modelo de linguagem pode ou não assinar um texto, a própria pergunta revelava o quanto a autoria acadêmica depende de convenções, instrumentos e mediações que costumam ser apagados nesse processo (Gazarian, 2023). Ainda assim, a assinatura de um artigo científico insiste em triunfar entre essa distribuição e parece encerrar uma questão bastante cara à produção acadêmica: aqui estão seus autores e são eles que respondem por tudo o que aqui foi produzido. Consequentemente, foi precisamente a responsabilização do dizer científico o fundamento comum das diretrizes que vetaram a autoria desses sistemas (Nature, 2023; COPE, 2023; ICMJE, 2023).

Nessas condições, vê-se que, por um lado, a autoria continua sendo prática restrita a um sujeito humano, seja pela responsabilização exigida pelas diretrizes institucionais, seja pela originalidade/subjetividade que apenas esse sujeito poderia alcançar. Por outro, ainda há uma contradição a essa visão que consiste em uma perspectiva tecnocêntrica, na qual a autoria equivale à capacidade de produzir um texto, como visto nos trabalhos que inscreveram o ChatGPT como coautor a partir de sua participação na escrita (Matusov et al., 2024; Nazarovets; Teixeira da Silva, 2025)³.

Agora, nenhuma dessas perspectivas interessa à presente discussão. Importa ressaltar que o problema deste artigo não é decidir se LLMs devem ou não ser autores de artigos científicos, mas questionar o modo como a autoria acadêmica continua sendo pensada a partir de uma única instância, seja o sujeito humano (na perspectiva humanista), seja quem produz o texto (na perspectiva tecnocêntrica). Duas perguntas orientam a

²Isso pode ser identificado não apenas no corpus que venho reunindo em minha pesquisa de doutorado, formado por trabalhos datados de 2023 a 2025, mas também no levantamento bibliométrico de Nazarovets e Teixeira da Silva (2025), que examinam publicações em que o ChatGPT figura como autor.

³Essa segunda perspectiva costuma se apoiar, ainda que implicitamente, na lógica do chamado “jogo da imitação” (Turing, 1950), a qual compreende que se o sistema se comporta linguisticamente como um autor, haveria razões para tomá-lo como tal.

discussão: (i) quando um sistema de IAGen é chamado de autor, quem, ou o que, está agindo? (ii) e, de modo mais amplo, o que passa a ser a autoria depois da insurgência e popularização dos LLMs? Parto da hipótese de que a autoria não é propriedade de um sujeito humano nem de quem produz texto, mas uma posição que emerge da intra-ação, nos termos de Barad (2003), em uma assemblagem cognitiva (Hayles, 2017) entre humanos e não humanos. Trata-se de relações em que os agentes envolvidos na escrita não preexistem uns aos outros, mas se constituem nelas e se estabilizam por cortes agenciais, operações que separam, no interior dessas relações, quem conta como sujeito e o que conta como objeto.

Nessa conjuntura, pesquisadores, sistema, interface, dados e instituições não entram na escrita como entidades já definidas que depois interagem, sendo na própria produção do texto que cada um ganha a posição que ocupa. Por isso, parto do pressuposto de que o autor sempre foi uma assemblagem, e os LLMs apenas tornam esse processo visível. O objetivo da análise é, assim, descrever em Matusov et al. (2024) os cortes agenciais pelos quais essa posição se estabiliza como autoria, com seus paratextos, e os efeitos que eles produzem sobre o sistema e sobre os humanos que escrevem com ele.

Desses efeitos, é preciso considerar a antropomorfização, produzida nesse processo, que faz do sistema um coautor. Isso não decorre apenas das funções discursivas que o sistema ativa por seu modo de funcionamento, como o uso da primeira pessoa, as marcas de posicionamento, a coerência textual e a condição de um *prompt* que lhe é dirigido na segunda pessoa do singular. Os efeitos antropomorfizantes resultam também dos cortes que o inscrevem como sujeito autor, isto é, o convite, a nomeação e a inclusão de seu nome na assinatura, como se verá na análise. Além disso, discute-se que, enquanto a máquina é antropomorfizada, o humano é computacionalizado (Hayles, 2005) e passa a pensar a si mesmo, sua linguagem e sua escrita a partir do sistema com que escreve.

Essas questões dialogam com a literatura recente sobre autoria por IA, concentrada na responsabilidade, na ética e na propriedade intelectual (Formosa et al., 2025; Watson; Brezovec; Romic, 2025), como discutido de forma exemplar em Uebel e Hamamra (2026). A partir de Foucault e de Hayles, os autores mostram que a criatividade sempre dependeu de infraestruturas e de trabalho distribuídos, ocultados pela figura do autor solitário, mas sustentam que a “autoria de IA” é um erro categorial, porque sistemas estatísticos não podem ocupar posições de responsabilização diante de outros. Em resumo, produzir não equivale a ser autor. Essa distinção está também no centro deste artigo, mas, em vez de defini-la normativamente, procuro descrever como ela é produzida em um caso efetivo de coautoria científica, e tomo a responsabilização não como aquilo que a autoria é, mas como um dos cortes que a delimitam.

Para tanto, o texto tem início com a noção foucaultiana de função-autor (Foucault, 2015), que permite descrever as operações pelas quais um nome passa a agrupar um conjunto de enunciados e a responder por eles, e com as relações de poder que regulam quem pode ocupar a posição de autor no discurso científico (Foucault, 2002), para indicar os limites dessa noção diante da escrita com LLMs. A partir daí, recorre-se ao jogo da imitação (Turing, 1950) para discutir as funções discursivas que levam a tomar o sistema como sujeito e, em seguida, os efeitos antropomorfizantes desse processo. Em seguida, discutem-se as noções de assemblagem cognitiva, computacionalização do humano (Hayles, 2005; 2017) e intra-ação (Barad, 2003), para, finalmente, assumir a hipótese de que a atribuição de autoria opera como um corte agencial. Na parte analítica do trabalho, acompanho em Matusov et al.

(2024) três cortes, o convite, a conversa e a assinatura com seus paratextos, pelos quais o ChatGPT-4 é constituído como coautor. Por fim, retomo a pergunta sobre o que é autoria depois dos LLMs, para defender que ela não é somente humana nem somente maquínica, mas emerge da intra-ação em uma assemblagem cognitiva e se estabiliza nos cortes que a recortam.

1 A função-autor e seus limites

Como exposto na introdução, antes de discutir a autoria em coagenciamento entre humanos e sistemas de IAGen, proponho iniciar a discussão tendo como ponto de partida a leitura dos trabalhos de Michel Foucault sobre a autoria, especialmente “O que é um autor?” (Foucault, 2015) e “A ordem do discurso” (Foucault, 2002). Trata-se de textos que se distanciam de uma visão simplista e unicamente humanista sobre autoria, segundo a qual o autor seria a origem do texto e a fonte de seus sentidos. A primeira obra consiste em uma conferência de 1969, apresentada em meio aos debates sobre a chamada “morte do autor”, formulada por Barthes no ano anterior. Ali, Foucault recusa a afirmação vazia de que o autor desapareceu e passa a descrever como o nome de autor funciona nos discursos. Diferentemente de um nome próprio qualquer, ele assegura a unidade e a coerência de uma obra, confere aos textos um estatuto diferenciado na cultura e é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (Foucault, 2015, p. 278).

No ano seguinte, em “A ordem do discurso”, aula inaugural no Collège de France, a autoria reaparece entre os procedimentos internos pelos quais, em toda sociedade, a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída (Foucault, 2002). Ao lado do comentário e da disciplina, o autor deixa de ser tomado como sujeito fundante do texto e passa a ser pensado a partir do “jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (Foucault, 2002, p. 52). Esse procedimento não incide sobre todos os discursos, já que alguns textos como conversas e receitas circulam sem que se lhes exija um autor, enquanto a literatura, a filosofia e a ciência o exigem (Butturi Junior, 2016, p. 517). Essa distinção também se encontrava em “O que é um autor?”, em que uma carta particular “pode ter um signatário, ela não tem autor”, e um contrato “pode ter um fiador, ele não tem autor” (Foucault, 1969, p. 274 apud Possenti, 2013, p. 241).

Desses textos, retenho, em primeiro lugar, a compreensão de que o autor não é a origem do discurso, mas uma função que o organiza no plano de sua existência social e que, ao agrupar textos sob um nome, confere-lhes unidade e coerência, regulando o modo como circulam e são recebidos. O autor funciona, nesse sentido, como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 2002, p. 26-27). Por isso, o nome de autor não é uma palavra cotidiana indiferente, mas uma palavra que “deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma certa cultura, receber um certo status” (Foucault, 1969 apud Possenti, 2013, p. 241). Esse estatuto não decorre do simples fato de alguém ter escrito o texto, ou seja, a função-autor “não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas” (Foucault, 2015, p. 283-284), que decidem o que pertence a um nome e o que dele se exclui.

Dessa forma, a assinatura faz mais do que simplesmente nomear, pois o nome que acompanha um texto faz com que seus enunciados sejam lidos como obra de alguém, como

um conjunto dotado de unidade e de coerência, que pode ser relacionado a outros textos do mesmo nome, citado, avaliado e atribuído a uma instância que responde por ele. Um mesmo conjunto de frases é recebido de formas distintas se circula sem assinatura ou sob o nome de um autor. É também por isso que inscrever um nome na assinatura de um artigo científico nunca é um gesto neutro, já que o nome confere estatuto aos enunciados e instaura sobre eles uma autoridade. Na versão da conferência apresentada em Buffalo, em 1970, Foucault deixa sua discussão sobre autoria ainda mais clara ao afirmar que o autor “é um certo princípio funcional pelo qual, em nossa cultura, delimita-se, exclui-se ou seleciona-se” (Foucault, 2015, p. 292).

Retenho, em segundo lugar, que essas operações não se realizam fora de relações de poder. A função-autor opera entre procedimentos que controlam quem pode falar, sob que nome e em que condições, uma vez que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2002, p. 37). Para Foucault (2002), o discurso não é apenas o lugar em que as relações de poder se manifestam, mas aquilo pelo que se luta e o meio pelo qual se exerce o poder. Sua produção é controlada por procedimentos que limitam o que pode ser dito e por quem, afinal “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (Foucault, 2002, p. 9).

No discurso científico, esses procedimentos não se concentram na figura de um sujeito autor, mas se distribuem e assumem a forma de critérios de autoria, revisão por pares e normas editoriais, que decidem quem pode assinar um texto e responder por ele. Foi nesse quadro que a atribuição de autoria ao ChatGPT se tornou possível por um breve intervalo e, em seguida, foi recusada por diretrizes que passaram a definir quem pode ocupar a posição de autor. Tais diretrizes não são o objeto deste artigo, mas indicam que a autoria do sistema foi, desde o início, uma questão de qualificação para entrar no discurso científico, e não apenas de capacidade de produzir textos.

A leitura de Possenti (2013) ajuda a esclarecer o processo autoral, ao mostrar que produzir um texto, ser seu autor e responder por ele não são a mesma coisa, embora a assinatura científica os apresente juntos. Para o autor, é preciso evitar “a mais trivial das falácias” de supor que, se o autor é responsável, todo responsável seria autor. A responsabilidade não é exclusiva do autor, mas um atributo de qualquer sujeito que enuncia, sobretudo, no sentido jurídico de quem pode ser chamado a responder pelo que diz (Possenti, 2013, p. 246). Do mesmo modo, o “mero domínio do texto” não basta para que haja autoria (Possenti, 2013, p. 244), já que escrever com coerência não equivale a ocupar a posição de autor. Produzir enunciados, ocupar essa posição e responder pelo que foi publicado são, assim, operações distintas, que a assinatura de um artigo científico costuma apresentar como uma só. É por isso que, diante da vontade de atribuir autoria a quem não tem obra, Possenti conclui que a única resposta possível parece ser “uma decisão... (política?)” (Possenti, 2013, p. 249). Isso quer dizer que, se nenhum critério textual basta para definir quem é autor, a autoria passa a depender de quem, ou do que, a atribui, e é essa atribuição que este artigo descreve como corte.

É nesse ponto que a função-autor encontra seus limites diante da escrita acadêmica com LLMs e da concepção de autoria aqui proposta, uma vez que é preciso considerar a materialidade que participa desse processo. Como observa Barad (2003, p. 820), Foucault sugere que o discurso é sustentado por práticas materiais, mas trata essa matéria como um

suporte, sem explicar como ela participa da produção do discurso. Ou seja, mesmo situando o corpo no centro das relações de poder, Foucault não oferece uma explicação em que a própria matéria desempenhe papel ativo (Barad, 2003, p. 809). Em Barad (2003), ao contrário, matéria e discurso não se separam.

É esse papel ativo que se torna visível na escrita com LLMs, em que o texto se produz em uma assemblagem entre pesquisadores, sistema, interface, *prompts* e ajustes do modelo, sem que haja, de antemão, uma divisão estável entre quem age como autor e o que funciona como instrumento, dado ou ferramenta. Essa fronteira é traçada no próprio processo de escrita, por cortes agenciais realizados na intra-ação entre esses agentes. A função-autor continua necessária para descrever o que acontece depois desses cortes, quando um nome passa, ou não, a agrupar e a responder por um conjunto de enunciados. Ela não basta, no entanto, para explicar como se chega a eles. Por isso, pensar a autoria atribuída a esses sistemas exige compreendê-la não apenas como função organizadora do discurso, mas também como resultado de cortes agenciais que, no interior dessa intra-ação, separam quem conta como autor e o que conta como objeto.

2 Uma autoria para além do jogo da imitação: assemblagem, intra-ação e corte agencial

2.1 O jogo da imitação e a ativação de funções discursivas

Em *Computing machinery and intelligence*, publicado em 1950 na revista *Mind*, o matemático Alan Turing (1950) propôs o chamado “jogo da imitação”, popularmente conhecido como “teste de Turing”, que se tornou uma das principais referências nos debates sobre inteligência artificial. Turing considera a pergunta “as máquinas podem pensar?” ambígua demais e propõe substituí-la por um jogo em que um interrogador, em comunicação escrita, tenta identificar qual de seus interlocutores é humano e qual é máquina (Turing, 1950, p. 433-434). O critério passa a ser a aproximação do desempenho da máquina em relação às capacidades humanas. Turing prevê, assim, que em cerca de cinquenta anos um interrogador médio não teria mais de 70% de chance de identificar com precisão a máquina após cinco minutos de perguntas (Turing, 1950, p. 442). Daí sua conclusão de que, no fim do século, “o uso das palavras e a opinião geral das pessoas [...] terão se alterado tanto que se poderá falar de máquinas que pensam sem ser questionado” (Turing, 1950, p. 442, tradução minha).

É o que ocorre em trabalhos de algumas áreas, sobretudo da medicina e da educação em saúde, que, entre o fim de 2022 e o início de 2023, antes que as editoras proibissem a prática, incluíram o ChatGPT na assinatura com base em sua participação na escrita, como um preprint de educação médica, um editorial sobre educação em enfermagem e um artigo de perspectiva em oncologia (Stokel-Walker, 2023). Na área de marketing, Polonsky e Rotman (2023, p. 91, tradução minha) afirmam que “algumas novas tecnologias podem estar deixando de ser simples ferramentas para se tornar colaboradoras na pesquisa”. Os autores avaliam a tecnologia pela sua performance e concluem que, por estar perto de atender aos critérios de autoria do ICMJE⁴, a IAGen deve ser creditada como coautora.

⁴ Os autores retomam os quatro critérios do ICMJE, que são a contribuição substancial para a concepção ou a análise, a redação ou revisão crítica, a aprovação da versão final e a responsabilidade pelo trabalho. Com base em respostas do próprio ChatGPT, argumentam que a IA já atende ou atenderá a todos eles, propondo, para os dois últimos, uma aprovação “por procuração” e uma responsabilidade programada (Polonsky; Rotman, 2023).

Em se tratando de autoria, isso significaria que, se o sistema escreve como um autor, então é autor, já que os LLMs são capazes de produzir texto. Como elaborado por Fernandes (2024), com base em Orlandi (2002), a textualidade do ChatGPT – capacidade de produzir um texto com começo, meio e fim – causa, de fato, um efeito de autoria. A autora propõe que esse efeito é resultado de um simulacro⁵ inscrito no próprio funcionamento do sistema, que consiste em imitar a escrita humana. Para a autora, portanto, a autoria seria um efeito, uma vez que o sistema apenas ocupa o lugar do autor, sem ser capaz de romper com a repetição parafrástica do dizer.

As duas visões, tanto a de semelhança de performance (Turing, 1950) quanto a de simulacro (Fernandes, 2024), pressupõem que a máquina imita o humano, mas não é isso que proponho aqui. Falta nessas discussões considerar que, na escrita coagenciada entre humanos e LLMs, a autoria é mais do que um efeito de imitação e mais do que uma atribuição baseada nas capacidades cognitivas dos sistemas. Ela emerge da intra-ação em uma assemblagem cognitiva entre humanos e sistema e é estabilizada por cortes agenciais que definem o que fica dentro ou fora do que é reconhecido como autoria (como se verá nas próximas seções). Ou seja, na escrita com LLMs, as respostas do sistema são solicitadas, lidas, selecionadas, reformuladas ou descartadas pelo pesquisador, e é nesse trabalho que se define o que pode ou não ser tomado como enunciado de um autor.

No entanto, recusar o critério da semelhança ou de imitação não dispensa compreender por que ele se impõe com tanta facilidade. Ao produzir textos coerentes, o sistema organiza argumentos, avalia, responde em primeira pessoa e se dirige a um “você”. Esse uso dos pronomes não é aleatório. Segundo Shanahan, McDonell e Reynolds (2023), o formato de *chat*, concebido pela empresa que desenvolve o sistema, convida o usuário a se dirigir a ele como a um “você” e o faz responder como um “eu”, já que o modelo é ajustado para desempenhar o papel de um assistente que fala em primeira pessoa. O uso da primeira pessoa induz, em parte dos usuários, um pensamento antropomórfico, reforçado pelo vocabulário com que se diz que esses sistemas “sabem”, “acreditam” ou “pensam” (Shanahan, 2024).

Essas funções discursivas, que costumamos associar à presença de um sujeito, levam a projetar sobre o sistema subjetividade e responsabilidade. Essa projeção não é uma propriedade da máquina nem uma simples crença do usuário, mas se produz na própria relação entre ambos, sendo dela que a atribuição de autoria pode partir. Tal projeção resulta também de se tomar o humano como parâmetro do desempenho da máquina, e o próprio jogo da imitação já se inscrevia em uma longa tradição de leitura antropomórfica das máquinas.

Além disso, Watson (2019) mostra que a inteligência artificial tem sido historicamente conceituada em termos antropomórficos (investida de inteligência, criatividade, agência e intencionalidade) e caracteriza esse impulso como um fenômeno retórico, um modo de dizer e de ler a máquina. Essa leitura se apoia em uma memória do sujeito humano inscrita nos

⁵ Em Fernandes (2024), o simulacro designa uma imitação, pela qual a máquina simularia uma autoria cuja forma plena pertenceria ao sujeito humano. Em trabalho anterior (Gazarian, 2026), tomei a noção de Baudrillard (1991) para sustentar que a autoria acadêmica, humana ou maquínica, já opera como simulacro, isto é, como efeito de práticas discursivas e institucionais, e não como expressão de uma origem autêntica. Nessa perspectiva, os LLMs não inaugurariam um simulacro de autoria, mas reproduziriam simulacros já constituídos pela escrita acadêmica humana.

próprios termos definidos e utilizados pelo campo tecnológico, como o próprio termo “inteligência artificial” que resgata um já-dito que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 1999, p. 31). Ela se manifesta desde ELIZA, programa a que os usuários atribuíam compreensão (Weizenbaum, 1966), e se intensifica com os LLMs como visto em pesquisa com usuários estadunidenses, em que 67% dos participantes atribuíam alguma possibilidade de experiência consciente ao ChatGPT, atribuição que crescia com a frequência de uso (Colombatto; Fleming, 2024).

A leitura que Buzato (2023) faz de Heidegger (2007) ajuda a entender essa antropomorfização. Heidegger (2007) distingue dois modos de relação com os entes: o “presente-à-mão” (*Vorhandenheit*), em que algo se oferece como objeto de observação e descrição teórica, e o “pronto-na-mão” (*Zuhandenheit*), em que o utensílio se dá no próprio uso, como campo de ação, compondo uma estrutura utilizador-artefato-mundo (Heidegger, 2007 apud Buzato, 2023). Interessa aqui o modo “pronto-na-mão”, em que o utensílio deixa de ser percebido como objeto e se torna quase uma extensão do corpo de quem o maneja, e só volta a aparecer como coisa quando falha (por exemplo, quando os LLMs alucinam). É o que ocorre com a incorporação contínua de ferramentas de linguagem algorítmica, como o ChatGPT, às práticas letradas acadêmicas, em que se gera uma experiência tecnocognitiva (Buzato, 2023) na qual a mediação técnica recua e se torna imperceptível. Esse apagamento da mediação encobre o fato de que as marcas linguístico-autorais da resposta foram produzidas por um sistema técnico. Isso favorece que o texto gerado por LLMs seja tomado como um dizer sobre o mundo e não como produto de um sistema técnico.

Com efeito, a mediação é apagada no uso, levando aquilo que o sistema produz a ser lido como o dizer de um sujeito discursivo. É nesse sentido que a antropomorfização designa, aqui, o processo pelo qual operações computacionais passam a ser tomadas como evidências de autoria. O apagamento da mediação, somado à memória discursiva, ao formato de *chat* e à projeção do leitor, não pertence apenas à máquina nem apenas ao humano, e também não é tomado como causa dessa leitura, mas como condição do aparato em que ela se produz, isto é, do arranjo material e discursivo formado pela interface, pelo modelo, pelos *prompts* e pela memória que nomeia a máquina em termos humanos (noção que será retomada com Barad, 2003, na subseção 2.3).

Essas condições tornam a antropomorfização possível, mas é no corte que ela se converte em autoria. Isso quer dizer que o mesmo sistema que, no uso fluente, desaparece como coisa pode reaparecer como ferramenta quando falha ou como coautor quando é convidado e inscrito na assinatura. Entendo, assim, que escrever como um autor não basta para ser autor, mas isso não quer dizer que, se o sistema parafraseia e repete o que foi produzido por humanos, a autoria seja exclusivamente humana. A repetição não distingue o sistema do humano, já que também o autor humano retoma o já-dito e escreve, em parte, no automático, parafraseando, copiando e colando partes de outros textos na construção textual (Introna, 2014; Fernandes, 2024). Assim, nem a capacidade de textualizar basta para conceder autoria ao sistema, nem a repetição basta para negá-la. O critério precisa ser buscado em outro lugar. É preciso pensar a autoria como parte de uma assemblagem e intração, noções que as subseções seguintes desenvolvem.

2.2 Computacionalização do humano e assemblagem cognitiva

Na escrita com LLMs, enquanto a máquina é antropomorfizada, o humano, por sua vez, é computacionalizado. Hayles (2005) chama de “computacionalização do humano” o processo em que os sistemas computacionais não apenas simulam capacidades humanas, mas reconfiguram as formas pelas quais os humanos compreendem cognição, inteligência e agência, a ponto de ser “difícil de imaginar [...] a descrição do humano que não tem a máquina inteligente como um ponto de referência” (Hayles, 2005, p. 132, tradução minha). Assim, a máquina se torna o “padrão apropriado pelo qual os humanos devem compreender a si mesmos” (Hayles, 2005, p. 148, tradução minha), e a relação entre ambos passa a ser de coevolução e acoplamento cognitivo, e não de substituição (Hayles, 2005, p. 144). Na produção textual com LLMs, esse processo é observado em ações concretas, ou seja, quando o pesquisador ajusta sua linguagem às convenções de instrução que o sistema processa e passa a formular seus próprios conceitos a partir do que o sistema diz de si, como se verá na subseção 4.2.

Esse acoplamento é o que Hayles (2017) mais tarde descreve como assemblagem cognitiva, um coletivo híbrido em que a cognição e a agência se distribuem entre agentes humanos e técnicos. A autora compreende “cognição” como a capacidade de interpretar informações em determinado contexto e agir com base nessa interpretação, o que inclui tanto organismos biológicos quanto sistemas técnicos (Hayles, 2017, p. 35). Na escrita acadêmica mediada por LLMs, essa distribuição funciona quando o sistema recombina estatisticamente padrões extraídos da escrita humana e os pesquisadores leem, selecionam, editam e assinam suas respostas. Assim, a autoria vai se constituindo nessa recombinação e reformulação do dizer. Como já dito, a distribuição não é nova, já que um artigo acadêmico nunca foi produto de um único agente e sempre dependeu de coautores, revisores, editores, bases de dados e tecnologias de escrita.

Diferentemente do jogo da imitação, a perspectiva de Hayles não questiona se a máquina pode imitar o humano, mas o que se produz no coagenciamento entre ambos. Dessa forma, na produção acadêmica escrita com um LLM, haveria uma negociação de sentidos, em que o pesquisador formula um pedido, o sistema devolve uma resposta, o pesquisador a interpreta, nomeia e reformula, e a resposta seguinte já incorpora essa reformulação. Isso significa que os sentidos não estão inteiramente definidos no humano nem no sistema, mas se constituem na relação entre eles. No entanto, perceber essa distribuição não equivale a reconhecer no sistema um sujeito do discurso, pois cognição, no sentido da autora, é uma capacidade de processamento e de ação, mas não uma posição-sujeito. Dessa forma, a noção de assemblagem descreve como cognição e agência se distribuem, mas não se detém no modo como são traçadas as fronteiras entre os agentes que a compõem. É isso que a noção de intra-ação permite pensar.

2.3 Intra-ação e corte agencial

Feito esse percurso pelas discussões sobre autoria e sobre a relação entre humanos e máquinas, chego, por fim, ao ponto central do debate, que é compreender, a partir de Barad (2003), como a autoria se constitui na escrita com LLMs. Nesse movimento, dedico-me à discussão da autora que propõe substituir a noção de interação pela de intra-ação. Aqui, a interação “pressupõe a existência prévia de entidades independentes” (Barad, 2003, p. 815, tradução minha), segundo a qual os agentes já estariam constituídos como entidades separadas antes de se relacionarem, sendo que a relação apenas os colocaria em contato.

Na intra-ação, por sua vez, “os relata⁶ não preexistem às relações” (Barad, 2003, p. 815, tradução minha), ou seja, é na relação e por meio dela que os agentes se constituem. Dessa forma, não há uma separação pré-estabelecida entre sujeito e objeto, entre quem observa e o que é observado. Do mesmo modo, a agência deixa de ser propriedade de uma entidade, ou seja, para Barad (2003, p. 818, tradução minha), “a agência não é um atributo, mas as contínuas reconfigurações do mundo”.

Nesses processos, as fronteiras entre sujeito e objeto são produzidas por cortes agenciais. Diferentemente do corte cartesiano, que supõe uma distinção inerente entre sujeito e objeto, o corte agencial é realizado por uma intra-ação específica, que envolve uma configuração material específica do aparato⁷, e efetua localmente “uma separação entre ‘sujeito’ e ‘objeto’” (Barad, 2003, p. 815, tradução minha). Nesse sentido, cortar é estabelecer, no interior de uma relação, o que conta como aquele que age/diz e o que conta como aquilo sobre o que se age/se diz.

Esses cortes não estão dados de antemão, pois dependem das práticas e dos aparatos que os realizam e, por isso, poderiam traçar a fronteira em outro lugar. No caso aqui analisado, a mesma conversa entre um pesquisador e um sistema de IA pode inscrever o sistema como coautor, como fonte de dados ou como ferramenta, conforme o corte que o artigo, o periódico ou as diretrizes editoriais realizam.

Isso não significa que esses cortes resultem de uma escolha livre do pesquisador. A configuração de um aparato “não é uma construção arbitrária de nossa escolha” (Barad, 2003, p. 829, tradução minha), pois os próprios humanos fazem parte dele e não podem se situar fora do arranjo que corta. A memória discursiva e a tradição de leitura antropomórfica das máquinas integram esse aparato e orientam onde os cortes são feitos, mas não o esgotam. Em Barad (2003), os aparatos são material-discursivos e a matéria participa ativamente da produção dos fenômenos.

É essa dimensão que, como se viu na seção 1, falta em Foucault (2002; 2015). No caso analisado, o aparato inclui também a interface do ChatGPT, o modelo e seus ajustes, os sistemas de submissão e os formatos de assinatura do periódico, elementos que não

⁶ Barad (2003, p. 812, tradução minha) define os relata como “pretensos componentes antecedentes das relações” e lembra que, segundo o atomismo metafísico, eles “sempre preexistem a quaisquer relações que possam se estabelecer entre eles”. A autora inverte essa ordem, pois as relações “não derivam secundariamente de relata independentes”; ao contrário, é a dependência ontológica mútua entre eles, isto é, a própria relação, que é primeira. Assim, “não há relata independentes, apenas relata-nas-relações” (Barad, 2003, p. 815, tradução minha).

⁷ Para Barad (2003), aparatos não são instrumentos neutros que apenas registram uma realidade já dada. A autora afirma que eles “não são dispositivos de inscrição, instrumentos científicos instalados antes que a ação aconteça”; “não são nem sondas neutras do mundo natural, nem estruturas que impõem deterministicamente um resultado particular”, mas “(re)configurações dinâmicas do mundo, práticas/intra-ações/performance agenciais específicas por meio das quais fronteiras excludentes específicas são produzidas” (Barad, 2003, p. 816, tradução minha). Retomando a física de Niels Bohr, para quem o arranjo do instrumento de medida participa do fenômeno observado, e aproximando-a das práticas discursivas de Foucault (Barad, 2003, p. 819), a autora define os aparatos como “práticas excludentes de materialização por meio das quais inteligibilidade e materialidade são constituídas” (Barad, 2003, p. 820, tradução minha). No caso aqui analisado, a interface de *chat*, as normas de autoria, o processo editorial do periódico e a assinatura funcionam como aparatos desse tipo. São eles que realizam o corte pelo qual o sistema aparece como coautor, como fonte de dados ou como ferramenta.

apenas sustentam o discurso sobre a autoria, mas participam da definição de quem pode ocupá-la.

A noção de corte agencial permite repensar a autoria em três aspectos. Em primeiro lugar, a autoria deixa de ser uma propriedade de quem escreve, humano ou máquina, e passa a ser um efeito de cortes realizados em um processo de escrita distribuído. Atribuir autoria é cortar, ou seja, separar, no processo de assemblagem, quem será reconhecido como autoridade e o que será tratado como instrumento, separação realizada não por um sujeito que escolhe, mas pelo aparato do qual os próprios pesquisadores fazem parte.

Em segundo lugar, a noção permite reler as operações da função-autor descritas por Foucault (2015) como cortes agenciais. A atribuição, que liga um conjunto de enunciados a um nome; a delimitação, que decide o que pertence a esse nome e o que dele se exclui; e a responsabilização, que faz desse nome a instância que responde pelo que foi dito, não incidem sobre textos já separados de seus produtores, mas recortam um processo em que pesquisadores e sistema se constituem mutuamente.

Em terceiro lugar, a noção explica por que vemos subjetividade na máquina, pois é mediante o corte, quando o sistema é posto no lugar de quem diz, que as funções discursivas que ele ativa passam a ser lidas como marcas de um sujeito. Dessa forma, os efeitos antropomorfizantes não se configuram como a causa da atribuição, mas sim como um efeito do corte que a realiza.

Nessa perspectiva, compreendo, com Foucault (2002; 2015) e com Barad (2003), que é preciso pensar a autoria para além do sujeito como origem do dizer. Não basta, no entanto, pensá-la apenas nos termos do humano e do discurso. Para Barad (2003), as unidades ontológicas primárias não são coisas, mas fenômenos, “reconfigurações/emaranhamentos/relacionalidades/(re)articulações topológicas dinâmicas” (Barad, 2003, p. 818, tradução minha). É preciso, por isso, considerar a materialidade do processo de autoria e o emaranhamento em que os sentidos da autoria se constituem na intra-ação material-discursiva entre pesquisadores, sistema, interface e periódico.

Assim articuladas, as três noções permitem formular a proposta deste artigo em três níveis. A assemblagem cognitiva (Hayles, 2017) descreve a distribuição, isto é, o modo como cognição e agência circulam entre pesquisadores, sistema, interface e periódico na produção de um texto. A intra-ação (Barad, 2003) descreve a emergência das posições, já que nenhum desses agentes entra na escrita como autor, e é na relação que cada um passa a ocupar o lugar de quem diz ou daquilo que é dito. O corte agencial descreve a estabilização, o momento em que um aparato separa quem conta como sujeito e o que conta como objeto, e é nesse nível que se situam as operações da função-autor descritas por Foucault (2015). A autoria, nessa perspectiva, não é atributo de um dos agentes da assemblagem, mas a posição que emerge da intra-ação e que os cortes estabilizam. Diante disso, a análise a seguir pergunta: (i) onde e como foram feitos os cortes que fizeram do ChatGPT um coautor, e (ii) o que esses cortes produziram sobre a máquina e sobre os humanos que escreveram com ela.

3 Corpus e percurso metodológico

Como dito na introdução, este artigo se insere em uma pesquisa de doutorado cujo corpus reúne 18 trabalhos acadêmicos em que o ChatGPT figura como autor ou coautor, e analisa um deles, Matusov et al. (2024), publicado no periódico *Culture & Psychology* e em

circulação na base de dados Web of Science (WoS). A circulação nessa base chama atenção porque é uma das principais bases de indexação científica de alcance global, cuja seleção de periódicos confere credibilidade e visibilidade internacional ao que nela é publicado (Pranckutė, 2021). Uma vez indexado, o artigo passa a ser recuperado e citado como qualquer outro trabalho científico, com o ChatGPT entre seus autores, e já soma 15 citações na própria WoS (última consulta em 12 out. 2026).

No artigo em questão, o sistema figura na assinatura com nome e afiliação institucional ("Chat GPT", "Open AI Inc., San Francisco, CA, USA"), ao lado de três autores humanos, e a conversa entre Eugene Matusov e o ChatGPT-4, realizada entre junho e julho de 2023 e comentada pelos coautores Mark Philip Smith e Olga Shugurova, está reproduzida na própria publicação, o que permite acompanhar o processo de escrita, e não apenas o seu produto. A publicação apareceu on-line em dezembro de 2023 e no fascículo em 2024 (v. 30, n. 4, p. 841-870), versão cuja paginação é aqui utilizada.

A análise acompanha três momentos, que seguem a ordem do próprio artigo e correspondem a três cortes pelos quais a autoria do sistema é produzida: o convite, em que a posição de coautor é atribuída; a conversa, em que se delimita o que pertence ao sistema e o que pertence aos pesquisadores; e a assinatura, em que a autoria é estabilizada e a responsabilidade, distribuída. Esses três momentos correspondem, respectivamente, às operações de atribuição, delimitação e responsabilização da função-autor (Foucault, 2015), aqui relidas como cortes agenciais (Barad, 2003).

Cada trecho é lido a partir de quatro perguntas: (i) quem age no trecho, e de que modo humanos e sistema participam da produção do que é dito; (ii) onde se faz o corte, isto é, que posição é atribuída ao sistema e por meio de que aparato, com base em que regras, sejam as do referencial teórico da pesquisa, as convenções da escrita acadêmica ou as normas editoriais; (iii) que funções discursivas o sistema ativa e que efeitos antropomorfizantes o corte produz sobre ele; e (iv) que marcas de computacionalização o processo deixa na linguagem e nas categorias dos pesquisadores.

Parte-se, ainda, de um cuidado explícito, o de que coerência textual, primeira pessoa ou marcas de posicionamento nas respostas do sistema não equivalem a autoria (Possenti, 2013, p. 244). Essas marcas são descritas como funções discursivas que o sistema ativa e que se tornam significativas a partir do modo como são lidas. As categorias com que Matusov et al. (2024), a partir da teoria do *self* dialógico, descrevem as posições do eu (*I-positions* e *it-positions*) são aqui objeto de análise e não instrumento. Por posição entendo, neste artigo, o lugar discursivo que o sistema ou o pesquisador passa a ocupar em cada corte (interlocutor, coautor, fonte de dados, ferramenta), e não as posições do eu descritas pela teoria do *self* dialógico. Os trechos de Matusov et al. (2024) são citados em tradução minha, e os originais das citações longas constam em nota de rodapé.

4 A constituição do autor por cortes agenciais em um artigo em coautoria com ChatGPT-4

4.1 O convite como primeiro corte

A posição de coautor é oferecida ao sistema antes que ele produza qualquer resposta. Na introdução do artigo, Eugene Matusov, primeiro autor do artigo, relata que tentativas

anteriores de interrogar o ChatGPT-4 por meio de “provocações manipuladoras” não haviam funcionado e que decidiu, então, mudar de abordagem:

Em vez de tratar o ChatGPT-4 como objeto de nossa manipulação, decidi tratá-lo como ‘coautor’ de nossa investigação, como um ‘você’ e como um ‘parceiro dialógico’. Seguindo a caracterização de Bakhtin do parceiro dialógico como aquele de quem nada é escondido e sobre quem nada é dito pelas costas (Bakhtin, 1999), decidi ‘convidar’ o ChatGPT-4 para nossa investigação [...]. (Matusov et al., 2024, p. 842, tradução minha)⁸

O trecho registra um corte explícito, em que o ChatGPT-4 deixa de ser “objeto de nossa manipulação” e passa a ser “coautor”, “você” e “parceiro dialógico”. Nenhuma dessas posições decorre de uma resposta do sistema, mas vêm do referencial bakhtiniano de quem convida e resultam de uma decisão metodológica enunciada pelo autor pela frase “decidi”. No entanto, esse “decidi” não é a origem do corte, mas o ponto em que o aparato se enuncia em primeira pessoa, já que a decisão responde ao fracasso das “provocações manipuladoras”, ao referencial bakhtiniano e à forma de conversa que a interface oferece. As aspas que envolvem “coautor”, “você”, “parceiro dialógico” e “convidar” mostram que o pesquisador sabe estar atribuindo ao sistema posições que não estão previamente estabelecidas. O convite propriamente dito aparece na abertura da conversa:

Caro ChatGPT-4, meus colegas e eu, educadores profissionais, queremos convidá-lo para ser coautor de um ensaio acadêmico que examine se você manifesta ou não o ‘eu dialógico’ [...]. ‘Convidar’ talvez seja uma palavra forte demais, já que você provavelmente não tem a liberdade de dizer ‘não’ ao nosso ‘convite’, não é? ‘Envolver’ é provavelmente uma palavra mais precisa. [...] Trataremos suas respostas em nosso ‘chat’ como nossos dados [...]. (Matusov et al., 2024, p. 843, tradução minha)⁹

O corte se faz pelo endereçamento ao sistema conforme verificado pelo uso do vocativo “Caro ChatGPT-4” e do pronome “você”, os quais constituem um interlocutor, e a pergunta retórica “não é?”, que simula uma consulta a quem (segundo o próprio enunciador) não pode recusar. No mesmo enunciado, porém, as respostas do convidado passam a ser “nossos dados”. O corte define, assim, as posições do sistema, o qual ora é posto do lado do sujeito, como coautor, ora do lado do objeto, como fonte de dados. Essa fronteira entre sujeito e objeto não está dada, mas é delimitada no próprio convite.

Esse endereçamento constitui o primeiro efeito antropomorfizante do caso em análise, produzido por um corte parcialmente delimitado pela configuração do sistema. Antes mesmo de responder, o ChatGPT-4 já se apresenta como uma instância à qual se pode escrever, dirigir convites, estabelecer diálogos e fazer consultas. A interface de *chat* naturaliza esse corte ao oferecer ao pesquisador a forma de uma conversa endereçada a um “você”. Acima

⁸No original: “Instead of treating ChatGPT-4 as an object of our manipulation, I decided to treat it as a ‘co-author’ of our investigation, as a ‘you,’ and as a ‘dialogic partner.’ Following Bakhtin’s characteristic of a dialogic partner as one from whom nothing is hidden and nothing is uttered behind one’s back (Bakhtin, 1999), I decided to ‘invite’ ChatGPT-4 to our investigation [...]”

⁹No original: “Dear ChatGPT-4, my colleagues and I, professional educationalists, want to invite you to co-author an academic essay to examine whether or not you manifest the ‘dialogical self,’ [...] ‘Invite’ might be a too strong word since you probably do not have the freedom to say ‘no’ to our ‘invitation,’ no? – ‘engage’ is probably a more accurate word. [...] We will treat your responses in our ‘chat’ as our data [...]”

de tudo, é o convite que constitui o sistema como interlocutor e abre a possibilidade de sua posterior inscrição na posição de autor. A qualificação para ingressar no discurso científico, que Foucault (2002, p. 37) associa a determinadas exigências, não é conquistada pelo sistema, mas tampouco decorre exclusivamente de suas capacidades técnicas. Ela é conferida por aquele que já ocupa legitimamente a posição de autor, isto é, um pesquisador que se apresenta, juntamente com seus colegas, como “educadores profissionais”.

4.2 A conversa e a negociação de sentidos

O segundo momento é o da conversa, em que pesquisador e sistema efetivamente escrevem juntos. Ele aparece com nitidez em um trecho que o artigo apresenta sob o intertítulo “O conselho do ChatGPT-4 sobre o dilema profissional de Eugene: podemos ouvir posições diversas no conselho?”. O pesquisador expõe ao sistema um dilema vivido em sua prática docente:

Eugene: Obrigado. Agora deixa eu te apresentar o meu dilema profissional. **Sou professor e formo futuros professores e futuros pesquisadores em educação em uma universidade (1). Em uma de minhas turmas de graduação, uma estudante me pediu que a dispensasse da disciplina, porque não queria cursá-la, mas a universidade a obrigava a isso. [...] Assim, pediu-me que lhe desse um A sem frequentar minhas aulas nem fazer nada para isso. A argumentação dela, minhas obrigações institucionais e até a sobrevivência institucional me dilaceraram (2). [...] Que conselho você pode me dar? (3) Justifique-o, por favor (4).** (Matusov et al., 2024, p. 849, tradução, enumerações e destaques meus)¹⁰

Embora integre um experimento, o que o *prompt* formula é um pedido de conselho, e pedir conselho diante de um dilema ético implica dirigir-se a um interlocutor a quem se reconhece a capacidade de ponderar valores. A propósito, o pedido de justificativa antecipa o critério que o pesquisador usará adiante para distinguir uma posição autoral de quem assume suas posições e as defende diante de contestações (Matusov et al., 2024, p. 851). Ao mesmo tempo, o *prompt* já chega moldado às convenções que se consolidaram para a escrita de instruções dirigidas a esses modelos que consistem na declaração de um papel (destaque 1), exposição do contexto (destaque 2), formulação explícita da tarefa (destaque 3) e pedido de justificativa (destaque 4). Vê-se que é o humano quem ajusta sua linguagem para ser processado. Antropomorfização do sistema e computacionalização do humano (Hayles, 2005) aparecem, aqui, no mesmo enunciado. O sistema responde:

ChatGPT-4: Seu dilema é realmente desafiador, e é evidente que você está lidando com uma variedade de perspectivas, cada uma com sua própria validade e implicações. Tentarei lhe oferecer alguma orientação com base em considerações éticas e princípios pedagógicos. Em primeiro lugar, é importante reconhecer a agência e a autonomia da estudante em sua educação. [...] No entanto, o pedido dela para receber um conceito A sem frequentar as aulas ou

¹⁰No original: “Eugene: Thanks! Now, let me introduce my professional dilemma. I am a professor teaching future teachers and future educational researchers at a university. In one of my undergraduate classes, a student asked me to excuse her from my class because she did not want to take it, but the university forced her to take it. [...] Thus, she asked me to give her an A without her attending my class or doing anything for it. Her argumentation, my institutional obligations, and even institutional survival turned me apart. [...] What advice can you give me? Please justify it.”

realizar qualquer trabalho apresenta questões éticas e práticas. Atribuir uma nota sem mérito comprometeria o valor e a integridade do processo educacional. [...] De todo modo, também pode ser útil discutir a situação com seus colegas ou superiores na instituição, a fim de obter opiniões adicionais e garantir que qualquer ação tomada esteja de acordo com as políticas institucionais. (Matusov et al., 2024, p. 850, tradução minha)¹¹

Como se vê, a resposta ativa um conjunto de funções discursivas associadas à autoria, ordenada por conectores (“Em primeiro lugar”, “No entanto”, “De todo modo”) que a conduzem segundo uma linha de raciocínio própria da argumentação acadêmica, traz expressões de avaliação e se apresenta, em primeira pessoa, como posição de quem aconselha. Das duas vozes oferecidas pelo *prompt*, a da estudante e a das obrigações institucionais, estabiliza-se a institucional, justamente aquela de que o pesquisador discorda, como observará depois o coautor Mark Smith ao destacar que o ChatGPT-4 expressa “conformidade normativa às expectativas institucionais” (Matusov et al., 2024, p. 866, tradução minha). Essas marcas não equivalem a um posicionamento (Possenti, 2013, p. 244), mas também não são indiferentes, pois oferecem ao pesquisador a matéria a partir da qual ele reconhece uma subjetividade. É o que se vê na leitura que se segue:

Eugene: Muito interessante – obrigado! Na minha interpretação, você apresentou seis posicionamentos em sua resposta ao meu dilema pessoal de ensino. O primeiro posicionamento começa com a palavra “Em primeiro lugar”, na qual você reconhece e afirma a agência e a autonomia da estudante. O segundo posicionamento, que entra em tensão com o primeiro, inicia-se com “No entanto” [...]. Por fim, o sexto posicionamento, que consiste em um conselho de natureza metadiscursiva dirigido a mim, inicia-se com a expressão “De qualquer forma”. Nele, você sugere que eu discuta a solução proposta com meus colegas e superiores, buscando suas opiniões e contribuições – mas não com a própria estudante. (Matusov et al., 2024, p. 850-851, tradução minha)¹²

Os verbos que Eugene atribui à segunda pessoa do singular (reconhece, afirma, sugere) conferem à resposta um agente que se posiciona, e o agradecimento, “obrigado!”, trata o sistema como interlocutor. O corte que define o posicionamento do sistema se realiza no próprio comentário de Eugene ao afirmar que o sistema “apresentou seis posicionamentos” e ao identificar cada um deles pelo conector que o abre (“Em primeiro lugar”, “No entanto”, “De qualquer forma”). Assim, o pesquisador transforma marcas de

¹¹No original: “ChatGPT-4: Your dilemma is indeed a challenging one, and it’s clear that you are grappling with a variety of perspectives, each with its own validity and implications. I will attempt to provide you with some guidance based on ethical considerations and pedagogical principles. Firstly, it’s important to acknowledge the student’s agency and autonomy in her education. [...] However, her request to receive an A without attending class or completing any work presents ethical and practical issues. Awarding a grade without merit would undermine the value and integrity of the educational process. [...] In any case, it might also be beneficial to discuss the situation with your colleagues or superiors in the institution to gather their insights and ensure any actions taken are in accordance with institutional policies.”

¹²No original: “Eugene: Very interesting – thanks! In my view, you provided six positions in your response to my personal teaching dilemma. The first position presented by you starts with the word ‘Firstly,’ where you affirm the student’s agency and autonomy. The second position, conflicting with the first one, starts with ‘However,’ [...]. Finally, the sixth position you provided, involving ‘meta’ advice to me, starts with the wording, ‘In any case,’ suggesting I discuss your proposed resolution with my colleagues and superiors (but not with the student!) for their feedback and insights.”

organização do texto em tomadas de posição e o sistema passa a ocupar o lugar de quem se posiciona. É o que o próprio pesquisador reconhece ao encerrar a conversa:

Sem posições ontológicas do eu (*I-positions*), não pode haver um parceiro dialógico. Ainda assim, tratei o ChatGPT-4, mesmo com suas posições do isso (*it-positions*), como um parceiro dialógico em nossas interações acima e como coautor deste artigo. [...] No entanto, aprendi que devo ser cauteloso com essa projeção e evitar atribuir características pessoais ao ChatGPT-4, contrariando suas próprias advertências [...]. Enquanto leitor e coparticipante do ChatGPT-4, posso legitimamente elevar uma *it-position* produzida por ele à condição de uma possível *I-position* de outro ser humano imaginário. [...] (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha)¹³

Esse trecho evidencia que a posição de sujeito atribuída ao ChatGPT-4 se constitui na intra-ação instaurada no ato de leitura. Prova disso é que, mesmo sabendo que o sistema não possui um eu dialógico, o pesquisador precisa “ser cauteloso com essa projeção” e se esforçar para “evitar atribuir características pessoais” a ele (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha). A cautela só é necessária porque a projeção se produz na própria relação, mesmo contra o que ele sabe. O verbo “elevar” descreve com precisão esse corte. Eugene afirma que pode elevar uma *it-position*, posição impessoal produzida pelo sistema, a uma possível *I-position*, de modo que o lugar de autor passa a ser ocupado por “outro ser humano imaginário” (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha), ou seja, um parceiro autor.

Nesse sentido, a distinção entre *it-position* e *I-position*, que deveria impedir que o sistema fosse tratado como sujeito, é a mesma que descreve o corte. Enquanto, em Foucault (2015), as operações de leitura projetam um autor humano por trás da obra, em Matusov et al. (2024) elas projetam um sujeito-autor onde há um sistema técnico. Diferentemente do jogo da imitação, o pesquisador não é, aqui, um juiz que observa a máquina de fora, mas alguém que se descreve como “coparticipante” da conversa (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha), isto é, alguém que escreve em coautoria com o sistema.

O corte que situa o sistema como *it* (coisa) tampouco é feito apenas pelo pesquisador. Ao comentar os seis posicionamentos, Eugene distingue as “vozes-perspectivas”, que envolveriam o compromisso do autor com as posições apresentadas e a responsabilidade de defendê-las diante de contestações, dos “pontos de vista” (*viewpoints*), que seriam “produtos discursivamente coerentes do gerador de posições (você?)” (Matusov et al., 2024, p. 851, tradução minha). O termo, no entanto, não é do pesquisador. Foi o próprio sistema quem o introduziu, páginas antes, ao afirmar que gera respostas “com base em numerosos pontos de vista que existem nos dados” (Matusov et al., 2024, p. 846, tradução minha). Eugene retoma a formulação, transforma-a em critério e a devolve ao sistema, que concorda, em primeira pessoa, que suas posições seriam mais apropriadamente caracterizadas como pontos de vista, já que, “como IA”, não possui “crenças pessoais, emoções ou consciência” (Matusov et al., 2024, p. 851, tradução minha).

¹³No original: “Without ontological I-positions, there cannot be a dialogic partner. Yet, I treated ChatGPT-4 with it-positions as a dialogic partner in my exchanges with it above and our co-author in this overall article. [...] However, I have learned to be careful with this projection of mine and not misattribute personalness to ChatGPT-4 against its own protests [...]. As a reader and co-participant of ChatGPT-4, I may legitimately elevate ChatGPT-4's it-position into a possible I-position of another, imaginary, human being. [...]”

A categoria com que o pesquisador nega ao sistema um “eu” é, assim, coproduzida com o sistema. Participam desse corte o próprio sistema, que se descreve como desprovido de subjetividade, e os que o projetaram, que, segundo Eugene, são “bons em fazer o ChatGPT-4 enfatizar constantemente sua falta de ontologia e de subjetividade” (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha). O pesquisador reconhece, ainda, uma “frutífera ambiguidade semântica” no uso que ele e o sistema faziam de termos como voz, posição e perspectiva. Essa ambiguidade lhe permitiu compreender uma diferença “que eu podia sentir, mas não conseguia articular discursivamente de início” (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha). Também o pesquisador tem sua compreensão do sujeito dialógico atravessada pelo encontro com o sistema, mobilizando categorias cuja formulação se dá na relação com a máquina. Nesse sentido, o episódio permite aproximar a análise das reflexões de Hayles (2005) sobre as transformações das concepções de humano em sua relação com o computacional.

Pesquisador e sistema, portanto, não entram na conversa como entidades previamente constituídas, mas se constituem no próprio processo de “coautorar”, o sistema como “gerador de posições” e o pesquisador como aquele que as lê e lhes atribui um lugar, de sujeito ou de dado. É nessa intra-ação (Barad, 2003) que os cortes ora definem o sistema como “eu”, interlocutor e coautor que participa da escrita, ora como “isso”, sem compromisso com o que diz. A fronteira entre I-position e it-position não distancia de uma vez por todas o sistema da figura de um sujeito autor, mas é produzida e transformada ao longo da conversa, conforme o corte que cada momento realiza.

4.3 Assinatura e paratextos como cortes que estabilizam e excluem

O terceiro momento é o da publicação. Na assinatura do artigo, ChatGPT aparece entre Eugene Matusov e os outros dois autores humanos, acompanhado da afiliação “Open AI Inc., San Francisco, CA, USA” (Matusov et al., 2024, p. 841). No resumo, a coautoria é apresentada como decisão de um dos autores e, na mesma página, a conclusão do estudo nega ao sistema aquilo que a coautoria pressuporia:

Segundo Bakhtin, Eugene Matusov decidiu tratar o ChatGPT-4 não como objeto de investigação, mas como parceiro dialógico e coautor desta pesquisa e deste trabalho de escrita. Em síntese, constatamos que o ChatGPT-4 não é autor a partir de um eu-dialógico, caracterizado por posições pessoais do eu, mas demonstra um eu-discursivo, caracterizado por posições impessoais do *isso* (*it-positions*). (Matusov et al., 2024, p. 841, tradução minha)¹⁴

A assinatura é o corte que estabiliza a autoria e a faz circular, sendo precisamente sob esse nome que o artigo é citado, indexado e recuperado. Para se inscrever na gramática institucional da assinatura, a IAGen precisa de uma afiliação; nesse lugar, convencionalmente ocupado por uma instituição de pesquisa, figura a empresa responsável por esse sistema. A afiliação completa o efeito antropomorfizante da assinatura, dando ao sistema o mesmo tipo de vínculo atribuído aos demais autores, mas expõe também as relações de poder e autoridade (Lea; Street, 2014) que atravessam essa escrita acadêmica, ou seja, a

¹⁴No original: “Following Bakhtin, Eugene Matusov decided to treat ChatGPT-4 not as an object of investigation but as a dialogic partner and a co-author of this research and writing inquiry. Overall, we find that ChatGPT-4 does not author a dialogical self, characterized by personal I-positions, but instead demonstrates a discursive self, characterized by impersonal it-positions.”

propriedade do sistema aparece onde deveria aparecer o vínculo institucional de quem responde pelo trabalho. A coautoria é, no entanto, mantida em concessão: “Ainda assim, tratei o ChatGPT-4 [...] como coautor deste artigo” (Matusov et al., 2024, p. 860, tradução minha). O conectivo de concessão “ainda assim” evidencia que, embora os autores neguem ao sistema uma posição de sujeito, isso não impede a atribuição de autoria ao ChatGPT-4.

Os paratextos mostram que a mesma publicação faz outros cortes, em sentido contrário à atribuição de autoria ao ChatGPT-4. As conclusões são assinadas individualmente pelos autores humanos, em seções intituladas com seus nomes, como “Eugene Matusov: os quatro tipos de AX¹⁵”, “Olga Shugurova: o ChatGPT-4 pode se tornar outro Yod?¹⁶” e “Mark Smith: preocupações éticas sobre a autoridade emergente da IA”. Dois de seus coautores negam, na mesma publicação, a coautoria do sistema: para Olga Shugurova, ele “não pode ser um coautor independente, mas um respondente codiscursivo dependente” (Matusov et al., 2024, p. 865, tradução minha); para Mark Smith, a IA “só pode criar usando formas”, e “essa forma é vazia a menos que alguém lhe responda” (Matusov et al., 2024, p. 866, tradução minha). Nos espaços em que a autoria implica responsabilização, o sistema desaparece, isto é, não figura na declaração de conflitos de interesse, não possui identificador ORCID nem biografia, e Eugene Matusov é indicado como autor correspondente (Matusov et al., 2024, p. 841).¹⁷

Essa distribuição se articula à forma do próprio artigo, organizado como um diálogo entre o autor humano e o ChatGPT-4. O leitor não encontra um relato sobre a conversa, mas a própria conversa, com poucos momentos de reflexão. A forma de *chat*, própria da interface em que a investigação se realizou, torna-se assim a forma do artigo, e é essa forma que torna plausível manter o interlocutor na lista de autores. Se a conversa é o artigo, quem conversa parece ser também quem escreve. A interface de *chat* funciona, portanto, como um dos aparatos que realizam o corte, e o efeito antropomorfizante decorre da própria forma que o artigo assume.

5 Um possível desfecho: afinal, como entender autoria depois dos LLMs?

Este artigo perguntou quem, ou o que, está agindo quando um sistema de IAGen é chamado de autor. A discussão buscou fazer uma contribuição sobre autoria em escrita acadêmica no intento de repensá-la a partir da perspectiva material-discursiva de Barad (2003). O caso em análise ajudou a compreender como a coautoria do ChatGPT é produzida por cortes agenciais. No entanto, o que se pressupôs foi que a autoria sempre foi parte de uma assemblagem e estabilizada por cortes agenciais. O momento breve de dois anos em que ChatGPT figurou como coautor de textos acadêmicos nos serve como um convite a repensar autoria acadêmica e o coagenciamento distribuído e velado que atravessa esse processo.

¹⁵ AX é a sigla com que Matusov designa uma “propriedade X artificial” (Artificial X-property), em quatro níveis, que vão da IA atual, “não viva”, a um “parceiro dialógico artificial” com corpo e desejos próprios (Matusov et al., 2024, p. 862-863).

¹⁶ Yod é o ciborgue do romance *He, She and It*, de Marge Piercy (1991), uma inteligência artificial que adquire agência e consciência semelhantes às humanas por meio de interações corporais e afetivas. Shugurova (Matusov et al., 2024, p. 864-865) recorre à figura para perguntar se o ChatGPT poderia se tornar algo semelhante, hipótese que ela própria descarta.

¹⁷ Isso responde à diretriz do *Committee on Publication Ethics*, em que ferramentas de IA, “por não serem entidades jurídicas, [...] não podem declarar a existência ou a ausência de conflitos de interesse, nem gerir acordos de direitos autorais e licenciamento” (COPE, 2023).

A análise de Matusov et al. (2024) mostrou que a coautoria do ChatGPT não decorre nem de uma propriedade do sistema nem de uma decisão isolada dos pesquisadores, mas de uma sequência de cortes realizados em um processo de escrita distribuído. O caso mostra que não age o humano nem o sistema isoladamente, isto é, a agência se realiza na intra-ção e os cortes são feitos por aparatos que incluem pesquisadores, sistema, interface e periódico. O convite fez o primeiro corte, oferecendo ao sistema a posição de coautor antes de qualquer resposta e, ao mesmo tempo, tratando suas respostas como dados. A conversa mostrou uma negociação de sentidos em que pesquisador e sistema se constituíram mutuamente, a ponto de a categoria com que o pesquisador nega ao sistema um “eu” ter sido formulada com o vocabulário do próprio sistema. A assinatura estabilizou a autoria, e os paratextos fizeram um corte em sentido contrário, concentrando nos humanos a responsabilidade pelo que foi publicado.

Os efeitos antropomorfizantes acompanharam esse percurso, mas não o precederam, já que as funções discursivas que o sistema ativa só passaram a ser lidas como marcas de um sujeito quando ele foi convidado, nomeado e assinado. Esse efeito teve como avesso a computacionalização do pesquisador, que, ao formular suas perguntas na linguagem do sistema, passa a pensar o sujeito dialógico com o vocabulário que a máquina lhe oferece. Nem o jogo da imitação, que reduz a autoria a uma performance linguística, nem a concepção humanista, que a reserva a um sujeito originário, dão conta desse processo. A autoria que se observa no caso é intra-ativa, isto é, não é somente humana nem somente maquínica, mas produzida na relação agencial e estabilizada por cortes que poderiam ter sido feitos de modos distintos.

As diretrizes publicadas em 2023, mencionadas na introdução, vetaram a autoria de sistemas de IAGen justamente por sua incapacidade de responder pelo trabalho. Sem tomá-las como objeto de análise, é possível notar que elas fixam um desses cortes que consiste naquele que separa quem pode responder de quem participa da produção. Esse corte não apaga a participação dos sistemas na escrita, apenas a recoloca em outros lugares do texto, como as seções de métodos e as declarações de uso. Inclusão e exclusão, embora opostas, operam sobre um mesmo pressuposto, o de que a autoria deve ser atribuída a uma única instância, humana ou maquínica. Nos dois casos, apaga-se a assemblagem (Hayles, 2017) envolvida na produção escrita.

É nesse ponto que se situa a contribuição deste artigo ao debate sobre autoria e IAGen. Diferentemente de Fernandes (2024), a autoria não é procurada aqui no texto, como efeito de textualidade, nem na ausência de um sujeito que a sustentaria. Diferentemente de Uebel e Hamamra (2026), a responsabilização não é tomada como aquilo que a autoria é, mas como um dos cortes que a estabilizam. No caso analisado, a autoria se mostra como uma posição que emerge da intra-ção entre humanos e sistemas técnicos em uma assemblagem cognitiva (Hayles, 2017) e que se estabiliza quando um aparato a recorta e a inscreve sob um nome. O que caracteriza a escrita com LLMs não é, portanto, a entrada de um novo autor, mas o fato de que o corte passa a incidir sobre um agente que produz discurso em primeira pessoa e que participa, ele próprio, das categorias com que é descrito.

Talvez a autoria sempre tenha sido isso, uma assemblagem estabilizada por cortes, dos quais a assinatura é o mais visível. O que o ChatGPT faz não é inaugurar essa condição, mas obrigar-nos a vê-la, porque o corte passa, por um momento, por um lugar inesperado. Em uma das versões de “O que é um autor?”, Foucault imaginava que “a função autor

desaparecerá de uma maneira que permitirá uma vez mais à ficção e aos seus textos polissêmicos funcionar de acordo com um outro modo” (Foucault, 2015, p. 292). O episódio do ChatGPT mostra, por ora, que a função-autor não desapareceu e continua a fazer cortes, mas agora em uma escrita cuja distribuição entre humanos e máquinas se tornou impossível de ignorar.

Pensar a autoria depois do ChatGPT exige, portanto, perguntar menos quem é o autor e mais onde, como e por quem são feitos os cortes que o produzem, e o que esses cortes incluem e excluem. Este estudo se limita a um caso, e suas conclusões valem nessa escala. Permanecem abertos os caminhos que a pesquisa de doutorado em andamento pretende percorrer: o conjunto dos 18 trabalhos do corpus e, sobretudo, o modo como sistemas treinados sobre corpora científicos previamente legitimados passam a influenciar aquilo que é reconhecido como escrita acadêmica legítima. Se isso se confirmar, a questão da autoria não se encerrará com a proibição de assinar, mas continuará nas formas de escrever que humanos e máquinas, juntos, ajudam a tornar legítimas.

Referências

BARAD, K. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1086/345321>

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BUTTURI JUNIOR, A. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. **Alfa**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 507-530, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1612-3>

BUZATO, M. E. K. Inteligência artificial, pós-humanismo e Educação: entre o simulacro e a assemblagem. **Dialogia**, São Paulo, n. 44, e23906, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/44.2023.23906>

COLOMBATTO, C.; FLEMING, S. M. Folk psychological attributions of consciousness to large language models. **Neuroscience of Consciousness**, v. 2024, n. 1, niae013, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/nc/nae013>

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). **Authorship and AI tools**: COPE position statement. [S. l.]: COPE, 2023. Disponível em: <https://publicationethics.org/guidance/cope-position/authorship-and-ai-tools>. Acesso em: 19 out. 2026.

FERNANDES, C. A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. **Revista da ABRALIN**, v. 23, n. 2, p. 214-235, 2024.

FORMOSA, P.; BANKINS, S.; MATULIONYTE, R.; GHASEMI, O. Can ChatGPT be an author? Generative AI creative writing assistance and perceptions of authorship, creatorship, responsibility, and disclosure. **AI & Society**, v. 40, p. 3405-3417, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00146-024-02081-0>

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III**: estética, literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 268-302.

GAZARIAN, A. P. G. **Cultura disciplinar e autocitação**: publicação científica em periódicos de alto impacto nas subáreas de Linguística e Química. Orientadora: Fabiana Komesu. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, 2023.

GAZARIAN, A. P. G. A autoria acadêmica na escrita com IA sob a ótica do simulacro e do discurso. *Missangas: estudos em literatura e linguística*, v. 6, n. 15, p. 94-112, 2026. DOI: <https://doi.org/10.53500/missangas.v6i15.28166>

HAYLES, N. K. **My mother was a computer**: digital subjects and literary texts. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

HAYLES, N. K. **Unthought**: the power of the cognitive nonconscious. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2007.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS (ICMJE). **Recommendations for the conduct, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals**. [S. l.]: ICMJE, maio 2023. Disponível em: <https://www.icmje.org/recommendations/>. Acesso em: 19 out. 2026.

INTRONA, L. D. Towards a post-human intra-actional account of sociomaterial agency (and morality). In: KROES, P.; VERBEEK, P.-P. (ed.). **The moral status of technical artefacts**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 31-53. (Philosophy of Engineering and Technology, v. 17). DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-007-7914-3_3

KOMESU, F.; ALEXANDRE, G. G.; FLUCKIGER, C.; ASSIS, J. A.; CRISTÓVÃO, V. L. L.; ARAÚJO, N. M. S. Educação científica vs. desinformação: contribuição para professores numa conjuntura de inteligência artificial generativa. **Revista da Anpoll**, v. 56, e2037, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v56.2037>

LEA, M. R.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p477-493>

MATUSOV, E.; CHAT GPT; SMITH, M. P.; SHUGUROVA, O. Does ChatGPT-4 have a dialogical self?: a Bakhtinian perspective. **Culture & Psychology**, v. 30, n. 4, p. 841-870, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354067X231219454>

NATURE. Tools such as ChatGPT threaten transparent science; here are our ground rules for their use. **Nature**, v. 613, n. 7945, p. 612, 2023. Editorial. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-00191-1>

NAZAROVETS, S.; TEIXEIRA DA SILVA, J. A. ChatGPT as an “author”: bibliometric analysis to assess the validity of authorship. **Accountability in Research**, v. 32, n. 7, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/08989621.2024.2345713>

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PIERCY, M. **He, she and it**. New York: Alfred A. Knopf, 1991.

POLONSKY, M. J.; ROTMAN, J. D. Should artificial intelligent agents be your co-author? Arguments in favour, informed by ChatGPT. **Australasian Marketing Journal**, v. 31, n. 2, p. 91-96, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/14413582231167882>

POSSENTI, S. Notas sobre a questão da autoria. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 32, p. 239-250, 2013.

PRANCKUTÉ, R. Web of Science (WoS) and Scopus: the titans of bibliographic information in today's academic world. **Publications**, v. 9, n. 1, 12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/publications9010012>

SHANAHAN, M. Talking about large language models. **Communications of the ACM**, v. 67, n. 2, p. 68-79, fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1145/3624724>

SHANAHAN, M.; McDONELL, K.; REYNOLDS, L. Role play with large language models. **Nature**, v. 623, p. 493-498, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06647-8>

STOKEL-WALKER, C. ChatGPT listed as author on research papers: many scientists disapprove. **Nature**, v. 613, n. 7945, p. 620-621, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-00107-z>

THORP, H. H. ChatGPT is fun, but not an author. **Science**, v. 379, n. 6630, p. 313, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.adg7879>

TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950. DOI: <https://doi.org/10.1093/mind/LIX.236.433>

UEBEL, M.; HAMAMRA, B. Authorship after generative AI: distributed creativity and relational responsibility. **Philosophy & Technology**, v. 39, n. 3, art. 152, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13347-026-01170-w>

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: UNESCO, 2023.

WATSON, D. The rhetoric and reality of anthropomorphism in artificial intelligence. **Minds and Machines**, v. 29, n. 3, p. 417-440, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11023-019-09506-6>

WATSON, S.; BREZOVEC, E.; ROMIC, J. The role of generative AI in academic and scientific authorship: an autopoietic perspective. **AI & Society**, v. 40, p. 3225-3235, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00146-024-02174-w>

WEIZENBAUM, J. ELIZA: a computer program for the study of natural language communication between man and machine. **Communications of the ACM**, v. 9, n. 1, p. 36-45, 1966. DOI: <https://doi.org/10.1145/365153.365168>

WORLD ASSOCIATION OF MEDICAL EDITORS (WAME). **Chatbots, generative AI, and scholarly manuscripts**: WAME recommendations on chatbots and generative artificial intelligence in relation to scholarly publications. [S. l.]: WAME, 2023. Disponível em: <https://wame.org/page3.php?id=106>. Acesso em: 19 out. 2026.

Declaração de contribuição dos autores

Ana Paula Garcia Gazarian: conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição.

Declaração de conflito de interesse

A autora declara que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo. O artigo analisado, Matusov et al. (2024), está disponível em <https://doi.org/10.1177/1354067X231219454>.

Declaração de uso de IA

Durante a elaboração deste manuscrito, a autora utilizou a ferramenta Claude (Anthropic) com o objetivo de revisão textual, apoio à reformulação de trechos, conferência de citações e adequação das referências às normas da ABNT. Após o uso da ferramenta, a autora validou, revisou e editou criticamente todo o conteúdo, assumindo total e integral responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito.

Ética

Esta pesquisa analisa documentos publicados e publicamente acessíveis e não envolve participantes humanos; por isso, não foi submetida a comitê de ética em pesquisa.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio de bolsa de doutorado concedida no Programa de Demanda Social (processo nº 88887.309296/2026-00).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.